

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL

EDITAL SG/MPU Nº 25, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que dispõe o art. 2º da Portaria PGR/MPU nº 424, de 5/7/2013, e o art. 9º - inciso I da Lei nº 13.316 de 20/07/2016, consoante informações prestadas no expediente PGR-00177171/2022, resolve tornar público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONCURSO DE REMOÇÃO destinado a ocupantes de cargos de Analista e Técnico do Ministério Público da União, observadas as disposições abaixo:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONCURSO DE REMOÇÃO observará o seguinte cronograma:

1.1.1 Serão aceitas as inscrições previamente registradas no sistema Hórus e válidas até às 23h59 do dia 26/05/2022, horário oficial de Brasília.

1.1.1.1 Para fins de vigência das inscrições, utilizar-se-á como parâmetro o horário oficial de Brasília.

1.1.1.2 O quadro de vagas ofertadas será publicado no endereço eletrônico <http://www.mpu.mp.br/concurso-de-remocao/pagina-candidato> até às 19 horas do dia 27/05/2022.

1.1.2 Divulgação do Resultado Preliminar até às 19 horas do dia 27/05/2022, no endereço eletrônico <http://www.mpu.mp.br/concurso-de-remocao/pagina-candidato>.

1.1.3 Prazo de Desistência e Registro de Impugnações das 8 horas do dia 30/05/2022 até às 23h59 min do dia 01/06/2022, horário oficial de Brasília.

1.1.4 Divulgação do Resultado Final no dia 06/06/2022, no Diário Oficial da União.

2. DOS REQUISITOS PARA A PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO

2.1. Poderão participar do certame os servidores ocupantes dos cargos de Analista ou Técnico da carreira do Ministério Público da União, desde que:

a) tenham entrado em exercício até 06/06/2021 no atual cargo efetivo, considerando que o resultado do concurso será divulgado em 06/06/2022;

b) não tenham sido removidos há pelo menos 1 (um) ano, por meio de concurso de remoção, considerado a partir da publicação da portaria de remoção, observando-se o lapso temporal até a divulgação do resultado final;

c) não tenham sido removidos há pelo menos 1 (um) ano, por meio de permuta, considerado a partir da publicação da portaria de remoção, observando-se o lapso temporal até a divulgação do resultado final.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1 A inscrição para o Concurso de Remoção objetiva o preenchimento das vagas ofertadas no presente certame, bem como das vagas remanescentes decorrentes do seu processamento.

3.2. Serão consideradas as inscrições dos servidores do Ministério Público Federal realizadas mediante preenchimento de formulário eletrônico disponível exclusivamente por meio do sistema Hórus, no endereço eletrônico: <https://aplicativos.pgr.mpf.mp.br/horus/> opção "GPSNet 2.0", menu "Concurso de Remoção Periódico", opção "Registrar Intenções de Unidade".

3.3. Serão consideradas as inscrições dos servidores dos demais ramos do Ministério Público da União realizadas mediante preenchimento de formulário eletrônico disponível exclusivamente por meio do sistema Hórus, no endereço eletrônico: <https://aplicativos.pgr.mpf.mp.br/horus/> opção "Concurso de Remoção Periódico - Registrar Intenções".

3.4. Não serão consideradas, para fins de participação deste certame, inscrições realizadas após o prazo estabelecido no item 1.1.1 deste Edital. Dessa forma, considerar-se-á como extemporânea e sem nenhuma validade qualquer inscrição feita fora desse período.

3.5. A participação no certame está condicionada à inscrição realizada pelos meios eletrônicos indicados nos itens 3.2 e 3.3, sendo vedada qualquer outra forma de inscrição.

3.6. Os servidores que efetuarem a inscrição para as unidades de lotação ainda não instaladas, em caso de êxito na remoção, oficialarão temporariamente nas unidades existentes conforme quadro abaixo:

| UF | UNIDADE | UNIDADE DE OFÍCIO |
|----|----------------------|--------------------|
| AP | PRM-LARANJAL DO JARI | PR-AP |
| AP | PRM-OIAPOQUE | PR-AP |
| MG | PRM-ITUIUTABA | PRM-UBERLÂNDIA |
| MG | PRM-JANAÚBA | PRM-MONTES CLAROS |
| MG | PRM-POÇOS DE CALDAS | PRM-POUSO ALEGRE |
| MT | PRM-JUINA | PR-MT |
| PA | PRM-ITAITUBA | PRM-SANTARÉM |
| PE | PRM-GOIANA | PR-PE |
| RO | PRM-GUAJARÁ MIRIM | PR-RO |
| SE | PRM-LAGARTO | PR-SE |
| SE | PRM-PROPRIÁ | PR-SE |
| SP | PRM-BARRETOS | PRM-RIBEIRÃO PRETO |

3.6.1. Os servidores que efetuarem a inscrição para as unidades de lotação objeto de redistribuição temporária, em caso de êxito na remoção, oficialarão nas unidades existentes conforme quadro abaixo:

| RAMO | UF | UNIDADE | UNIDADE REDISTRIBUÍDA |
|------|----|---|-----------------------|
| MPF | AM | PRM-TEFÉ | PR-AM |
| MPF | BA | PRM-BOM JESUS DA LAPA | PRM-BARREIRAS |
| MPF | CE | PRM-ITAPIPOCA | PR-CE |
| MPF | GO | PRM-ITUMBIARA | PR-GO |
| MPF | MG | PRM-PARACATU/UNAÍ | PRM-UBERLÂNDIA |
| MPF | MG | PRM-VIÇOSA/PONTE NOVA | PRM-JUIZ DE FORA |
| MPF | MS | PRM-COXIM | PR-MS |
| MPF | MS | PRM-PONTA PORÃ | PRM-DOURADOS |
| MPF | PA | PRM-TUCURUI | PR-PA |
| MPF | PE | PRM-CABO DE SANTO AGOSTINHO/PALMARES-PE | PR-PE |
| MPF | PR | PRM-APUCARANA | PRM-LONDRINA |
| MPF | PR | PRM-JACAREZINHO | PRM-LONDRINA |
| MPF | PR | PRM-PARANAGUÁ | PR-PR |
| MPF | PR | PRM-UNIÃO DA VITÓRIA | PRM- PONTA GROSSA |
| MPF | PR | PRM-PARANAVÁ | PRM-MARINGÁ |
| MPF | RN | PRM-ASSU | PRM-MOSSORÓ |
| MPF | RN | PRM-PAU DOS FERROS | PRM-MOSSORÓ |
| MPF | RS | PRM-CANOAS | PR-RS |
| MPF | RS | PRM-PALMEIRA DAS MISSÕES | PRM-ERECHIM |
| MPF | SC | PRM-JOACABA | PR-SC |
| MPF | SC | PRM-RIO DO SUL | PR-SC |
| MPF | SC | PRM-CONCÓRDIA | PRM-CHAPECÓ |
| MPF | SP | PRM-GUARATINGUETÁ | PRM-TAUBATÉ |
| MPF | SP | PRM-REGISTRO | PRM-OSASCO |
| MPT | CE | PTM-LIMOEIRO DO NORTE | PRT-7ª REGIÃO/CE |
| MPT | CE | PTM-SOBRAL | PRT-7ª REGIÃO/CE |
| MPT | MA | PTM-BACABAL | PRT-16ª REGIÃO/MA |
| MPT | MA | PTM-CAXIAS | PRT-22ª REGIÃO/PI |
| MPT | MS | PTM-CORUMBÁ | PRT-24ª REGIÃO/MS |
| MPT | MT | PTM-ÁGUA BOA/ BARRA DO GARÇAS | PRT-23ª REGIÃO/MT |
| MPT | MT | PTM-CÁCERES | PRT-23ª REGIÃO/MT |
| MPT | PB | PTM-PATOS | PTM-CAMPINA |
| MPT | TO | PTM-GURUPI | GRANDE PTM-PALMAS |

3.7. As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

3.8. A constatação de má-fé nas declarações prestadas pelos candidatos acarretará as cominações legais pertinentes, além da anulação do ato de remoção, se já efetivado, sem qualquer ônus para a Administração.

3.9. Os servidores que estiverem lotados provisoriamente, aguardando vagas para remoção por motivo de saúde, com laudo da Junta Médica Oficial, pela remoção definitiva, ou para acompanhar cônjuge ou companheiro (a), nos termos do art. 1º - § 1º, da Portaria PGR/MPU nº 424, de 5/7/2013, são inscritos de ofício no presente concurso de remoção, com preferência sobre os critérios de classificação dispostos no item 4.1.

3.9.1 Quando a lotação provisória for concedida em situações de saúde transitórias, mediante parecer da Junta Médica Oficial, não haverá a inscrição de ofício do servidor.

4. DA CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO

4.1. Se o número de interessados for maior que o das vagas oferecidas em cada unidade de lotação, observar-se-ão, sucessivamente, para fins de classificação e, se necessário, de desempate, os seguintes critérios:

a) maior tempo de serviço ininterrupto no respectivo cargo;

b) maior tempo de serviço ininterrupto em cargo de provimento efetivo no Ministério Público da União;

c) maior tempo de serviço público federal, somado ou ininterrupto;

d) tiver maior número de filhos menores de 21 anos e dependentes econômicos registrados em seus assentamentos funcionais; e

e) maior idade.

4.2. O tempo de serviço especificado nas alíneas "a", "b" e "c" do item 4.1 será apurado em dias corridos.

4.3. O tempo de serviço especificado nas alíneas "b" e "c" do item 4.1 somente será considerado averbado nos assentamentos funcionais do servidor até a data da publicação deste edital, admitindo-se a contagem do tempo de serviço nos casos em que o requerimento de averbação tenha sido protocolado até a data mencionada, desde que devidamente instruído com a certidão de tempo de serviço, não se aceitando qualquer outra forma de comprovação.

4.4. Na data prevista no item 1.1.2, a Secretaria Geral do Ministério Público da União fará a divulgação do Resultado Preliminar contendo a lista de classificação provisória dos candidatos, conforme critérios definidos no item 4.1



4.5. Os candidatos terão o prazo previsto no item 1.1.3 para solicitarem a desistência do concurso de remoção, exclusivamente por meio do sistema Hórus no endereço eletrônico: <https://aplicativos.pgr.mpf.mp.br/horus/>.

4.5.1 Os servidores do Ministério Público Federal poderão proceder à sua desistência, mediante exclusão do registro de intenções exclusivamente por meio do sistema Hórus, opção "GPSNet 2.0", menu "Concurso de Remoção Periódico", opção "Registrar Desistência e Impugnação".

4.5.2 Os servidores dos demais ramos do Ministério Público da União poderão proceder a sua desistência, mediante exclusão do registro de intenções disponível exclusivamente por meio do sistema Hórus, opção "Concurso de Remoção Periódico - Registrar Desistência".

4.5.3 A desistência prevista neste edital refere-se somente ao presente concurso de remoção. Caso o servidor não tenha mais interesse em participar de concursos de remoção de servidores do MPU, deverá excluir suas opções registradas no sistema Hórus após o encerramento deste certame.

4.5.4 Durante o processamento do Concurso de Remoção é possível a ocorrência de reposicionamento, o qual pode se dar inclusive com participantes já posicionados, tendo em vista o atendimento dos critérios classificatórios estabelecidos neste Edital, bem como a ordem de preferência das unidades estipulada pelos candidatos no ato de inscrição.

4.5.5 As desistências ocorridas no prazo de que trata o item 1.1.3 ensejarão o reprocessamento dos inscritos, respeitando-se os critérios de classificação estabelecidos no item 4.1.

4.5.6 Não se configuram prejuízo ao candidato ou descumprimento do edital o fato de servidor mais antigo ocupar vaga remanescente e não vaga disposta no quadro de vagas do presente certame.

4.6. Poderão os interessados, no período disposto no item 1.1.3, impugnar a relação dos inscritos, registrando requerimento devidamente instruído com as provas pertinentes, exclusivamente por meio do sistema Hórus no endereço eletrônico: <https://aplicativos.pgr.mpf.mp.br/horus/>.

4.7. Caso não persista o interesse pela remoção para a(s) opção(ões) registrada(s) no período de inscrição, ainda que não tenha obtido êxito até o Resultado Preliminar divulgado na forma do item 4.4, o servidor deverá efetuar a desistência total ou parcial do concurso. Todas as opções mantidas serão consideradas quando da apuração do Resultado Final.

4.8. No período de desistência de que trata o item 1.1.3, não será permitida a reinserção de qualquer opção, ainda que seja(m) a(s) anteriormente descartada(s).

4.9. Findo o prazo definido no item 1.1.3, decai o direito de desistência à remoção, não sendo avaliados quaisquer pedidos extemporâneos.

4.10. Após decididas as impugnações referidas no item 4.6, será publicada a lista de classificação no endereço eletrônico: <http://www.mpu.mp.br/concurso-deremocao/pagina-candidato>.

4.11. Não apresentadas impugnações ou decididas as que forem interpostas, a remoção far-se-á por ato da Secretaria Geral do Ministério Público da União.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. O servidor lotado provisoriamente, em exercício provisório ou cedido para outro órgão, observadas as disposições do item 2.1 deste Edital, poderá participar do concurso de remoção, ficando a lotação ou o exercício consequentemente interrompidos, a contar do ato de remoção, em caso de êxito.

5.1.1. O servidor lotado provisoriamente ou em exercício provisório deverá acessar o sistema Hórus com o login e senha do ramo de origem.

5.2. O servidor licenciado sem remuneração poderá participar do presente certame, ficando a licença consequentemente interrompida em caso de êxito.

5.3. O servidor removido deverá permanecer por, no mínimo, 1 (um) ano na nova sede, ressalvados os casos de remoção no interesse da Administração.

5.4. A unidade de Gestão de Pessoas de origem deverá adotar as providências necessárias à apresentação dos servidores de seus quadros, que obtiverem êxito no certame, que se enquadrem nas hipóteses previstas nos itens 5.1 e 5.2, à unidade de destino.

5.5. A unidade de destino deverá informar, imediatamente, por meio de ofício, à Secretaria de Gestão de Pessoas do ramo respectivo a apresentação dos servidores removidos.

5.6. As despesas decorrentes da mudança para a nova unidade de lotação correrão integralmente por conta do servidor.

5.7. O período de trânsito será de 15 (quinze) dias, devendo o deslocamento ser iniciado após decorridos 5 (cinco) dias úteis de exercício do novo servidor, configurando falta grave para fins disciplinares, sem prejuízo de outras penalidades administrativas, a permanência na unidade de origem após o início do prazo definido para o deslocamento.

5.7.1 Nos casos em que o reposicionamento enseje a remoção de candidatos entre unidades recíprocas, as chefias das unidades envolvidas terão 15 (quinze) dias, a contar da publicação do Resultado Final, para informar à Secretaria de Gestão de Pessoas o prazo acordado entre elas para liberação dos servidores removidos. Não se atendendo ao prazo estipulado, será de competência da Secretaria de Gestão de Pessoas, obedecendo-se aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, a propositura de tal lapso temporal.

5.8. Não é devido período de trânsito a servidor que não altere efetivamente sua residência e em casos de remoção para municípios limítrofes.

5.9. Na hipótese de o servidor encontrar-se legalmente afastado, o prazo de deslocamento para a nova sede será contado a partir do término do afastamento (art. 18, § 1º, Lei n.º 8.112, de 11/12/1990).

5.10. O candidato poderá obter informações e sanar dúvidas referentes a este instrumento convocatório por meio do endereço eletrônico: concursoderemocao@mpu.mp.br.

5.11. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL

EDITAL Nº 27, DE 25 DE MAIO DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos Subprocuradores-Gerais do Trabalho e às Subprocuradoras-Gerais do Trabalho:

I - A abertura de prazo para manifestação de interesse em compor a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho para mandato de dois anos, a contar de 03/09/2022.

II - Os(As) interessados(as) deverão habilitar-se mediante peticionamento eletrônico no PGEA 20.02.0001.0005652/2022-77, até as 18 horas do dia 03/06/2022.

III - Conforme prevê o art. 2º do Regimento Interno da Câmara de Coordenação e Revisão, aprovado pela Resolução nº 142/2017, a indicação de que trata o presente Edital será realizada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, no número de 2 (dois) componentes.

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA



INLABS O Diário Oficial da União em dados abertos

Acesse inlabs.in.gov.br e obtenha:

- Edições diárias do DOU em formato de dados abertos (XML)
- Edições diárias do DOU em formato PDF certificado
- Scripts para automatização de downloads
- Dicionário de dados

Diário Oficial da União Digital
Cada vez mais universal e tecnológico

